

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

---

### SIGLAS E ABREVIATURAS

AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CNP	Conta Nacional de Petróleo
EITI	Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENASA	Empresa Nacional de Administração e Segurança Aérea
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
GOP	Grandes Opções de Plano
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IEC	Informação Educação e Comunicação
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
NLTPS	Estudo Nacional de Perspectivas a Longo Prazo
OGE	Orçamento Geral de Estado
OMD	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAP	Programa de Acções Prioritárias
PFB	Ponto focal distrital
PFR	Ponto focal regional
PFS	Ponto focal sectorial
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIP	Programa de Investimento Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RAP	Região Autónoma de Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira de Estado
SPS	Serviço de planeamento sectorial
STP	S. Tomé e Príncipe
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UCA	Unidade de Coordenação das Ajudas
VIH/SIDA	Vírus / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ZDC	Zona Económica Conjunta
ZEE	Zona Económica Exclusiva

---

### **Agradecimentos**

O Governo, através do Ministro do Plano e Finanças, agradece a contribuição de todos, a título individual, organização e grupos envolvidos na preparação e elaboração do Plano de Acções Prioritárias, 2013-2016.

De igual forma, o Governo agradece todos os Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF), pela assistência prestada na elaboração deste documento, o que permitiu orçamentar os programas da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, por um lado e por outro, criar condições para a mobilização de recursos necessários para o financiamento da mesma.

### **I- Introdução**

A elaboração deste documento comportou diferentes níveis de diálogo, com os representantes da administração pública, do sector privado, da sociedade civil e dos Parceiros Técnicos e Financeiros. As acções previstas, os orçamentos indicativos, bem como os indicadores que permitirão o seguimento e a avaliação, foram analisados conjuntamente com os actores encarregues pela sua implementação.

O Plano de Acções Prioritárias para o período 2013-2016 justifica-se pela necessidade de priorizar e programar as acções, segundo os seus graus de urgência, de modo a dar resposta aos diferentes desafios de desenvolvimento que o país enfrenta.

Este documento traduz as orientações de política e acções mais prementes da Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, com vista a promoção de crescimento e a redução da pobreza e alinha-se com os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e outros instrumentos de política nacional e engagements assumidos pelo Estado a nível internacional.

A busca de eficácia na gestão de políticas públicas, conforme as orientações contidas na Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, obriga o Governo a empreender um conjunto de reformas estruturais. Assim sendo, a elaboração e a implementação do presente Plano de Acções Prioritárias (PAP) é imprescindível para a concretização deste objectivo. Por isso, o PAP necessita de um financiamento apropriado e mecanismo de seguimento e avaliação para medir a eficiência e eficácia das acções preconizadas em prol da redução da pobreza.

A implementação das medidas inscritas no presente Plano constitui uma das principais condições, para dar resposta aos compromissos assumidos no quadro do Programa Económico de Médio Prazo do Governo, enunciado no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras –MPEF, assinado entre o Governo e o Fundo Monetário

Internacional, por um lado, e por outro, permite uma melhor priorização das acções “urgentes” de intervenção, a serem analisadas com os parceiros de cooperação técnica e financeira de São Tomé e Príncipe.

Este PAP, constitui o “*Tableau de Bord*” do Governo, para travar a degradação das instituições do Estado e das condições de vida dos santomenses. Por isso, o seu cumprimento exige um grande esforço por parte do Estado santomense, da sociedade civil, sector privado, e requer um apoio solidário da comunidade internacional.

O documento está organizado em oito partes, a saber:

- I- Visão e os objectivos de desenvolvimento a médio prazo;
- II- Programa da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza 2012-2016;
- III- Prioridades Nacionais
- IV- Parceria para boa governação;
- V- Quadro macroeconómico para implementação do Plano de Acções Prioritárias;
- VI- Custo de financiamento do Plano de Acções Prioritárias para o período de 2013-2016;
- VII- Mecanismos de implementação, de seguimento e avaliação do Plano de Acções Prioritárias;
- VIII- Risco para a implementação do Plano de Acções Prioritárias.

### **I. Visão e Objectivos de Desenvolvimento a Médio Prazo**

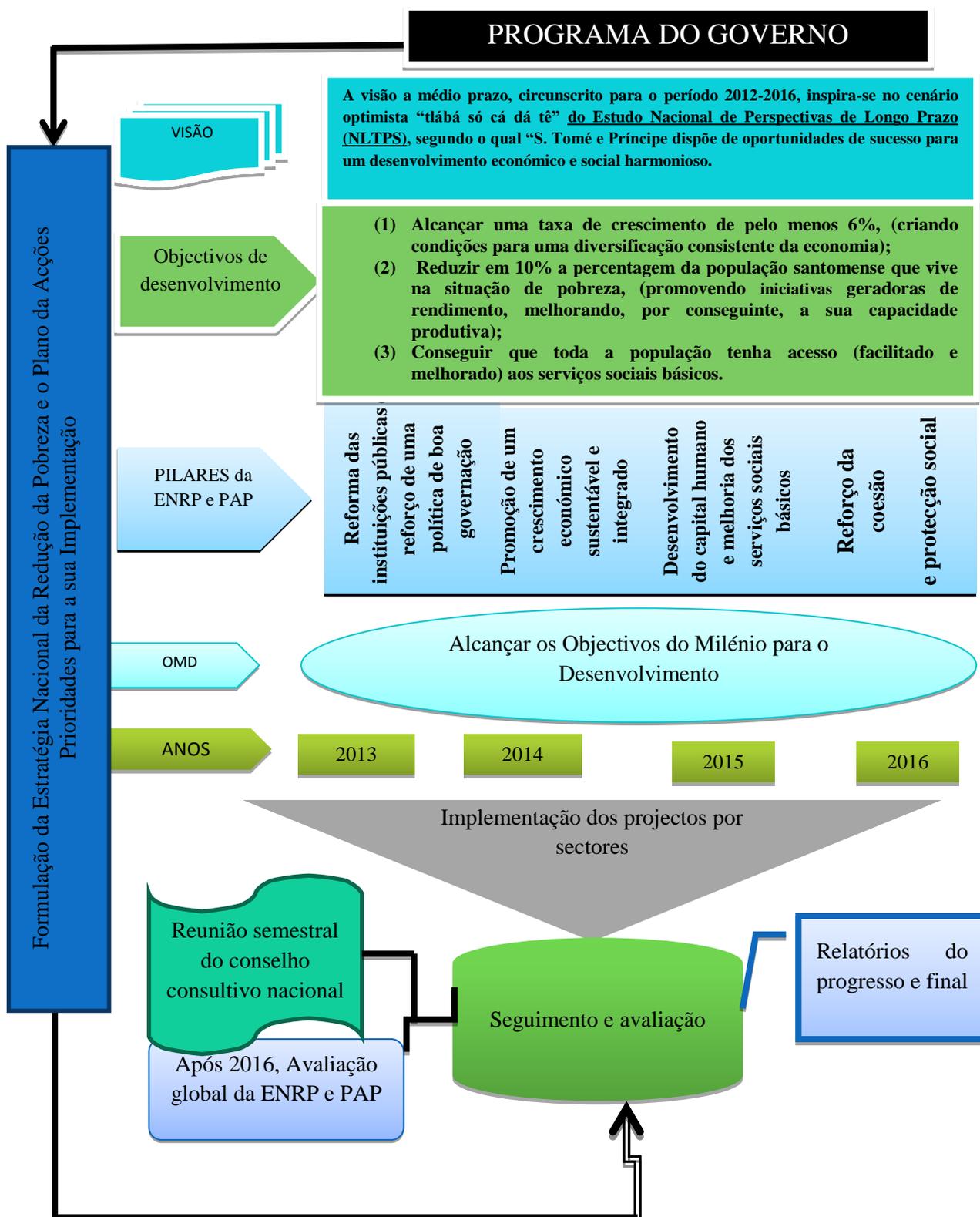
A visão de médio prazo projectada preconiza, a valorização racional dos esforços e potencialidades internas, bem como da cooperação bilateral e multilateral, e fazer de STP um país: (i) bem governado com instituições fortes e credíveis; (ii) com um ambiente favorável ao crescimento económico sustentável e integrado e à (re)distribuição de rendimentos (iii) com recursos humanos bem formados e adequados aos desafios de desenvolvimento (iv) e que valorize o património cultural e garanta a igualdade de oportunidade entre os géneros, e tem como objectivos de desenvolvimento:

- Alcançar uma taxa de crescimento de pelo menos 6%, (criando condições para uma diversificação consistente da economia);
- Reduzir em 10% a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza, (promovendo iniciativas geradoras de rendimento, melhorando, por conseguinte, a sua capacidade produtiva);
- Conseguir que toda a população tenha acesso (facilitado e melhorado) aos serviços sociais básicos.

Para que estes objectivos sejam alcançados, e concomitantemente com os objectivos de desenvolvimento do milénio, o Plano de Acções Prioritárias está organizado em quatro eixos estratégico de intervenção, como a seguir se indica:

- Reforma das instituições públicas e reforço da política de boa governação
- Promoção de um crescimento económico sustentável e integrado
- Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos
- Reforço da coesão e protecção social

Esquema 1 - Quadro lógico do PAP



### **II- Programas da Estratégia nacional da Redução da pobreza**

No actual contexto de crise, associado às incertezas relativamente as reais possibilidades de mobilização de recursos, o Governo centrar-se-á na melhoria da estabilidade macroeconómica e na resolução das necessidades mais prementes de modo a melhorar o acesso aos bens essenciais para uma sobrevivência condigna das populações.

Os domínios foram seleccionados visando a necessidade de redinamização da economia, tendo como critério a criação de emprego, a melhoria da satisfação das necessidades básicas da população e a contribuição para a diversificação da economia face a diminuição das exportações. Neste sentido, são definidos os seguintes domínios de intervenção prioritários:

#### **Boa governação, credibilidade judiciária e estabilidade macroeconómica.**

É urgente adequar o país de recursos humanos e meios materiais para cumprir a missão do Estado, reorganizar o seu funcionamento e a sua forma de gestão. Neste sentido, no domínio judiciário, são necessárias reformas que visem credibilizar e tornar a justiça célere e mais próxima dos cidadãos, através da modernização legislativa, do reforço e capacitação dos juizes e da inspecção judiciária. No domínio da gestão das finanças públicas, são prosseguidas acções com vista a consolidação das conquistas já alcançadas, nomeadamente melhoria do quadro legal subjacente à gestão das finanças públicas, melhorias na prestação de contas por parte do Estado, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, aperfeiçoamento do sistema de colecta de impostos e outras receitas fiscais e não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidos na gestão de recursos numa plataforma informática única, entre outros.

**Promoção da produção e da segurança alimentar.** Estesector continua a desempenhar um papel relevante na economia do país, empregando mais de metade da população activa e produzindo grande parte dos géneros alimentícios que compõem a dieta alimentar da população santomense. Deste modo, acções serão conduzidas no

sentido da sua revalorização e expansão, por forma a que o mesmo possa melhorar a possibilidade de emprego, reduzir a pobreza e contribuir para a estabilização das populações rurais. Para tal, será necessário introduzir reformas importantes que visam valorizar o seu potencial, começando por tornar claros os direitos de propriedade da terra, para fomentar cooperativas, e facilitar o acesso a crédito, de forma a financiar adequadamente o sector. Relativamente às pescas, as acções propostas visam a reorganização da pesca artesanal e semi-industrial, afim de promover a actividade pesqueira e melhor contribuir para a criação de riqueza.

**Melhoria das infraestruturas económicas de base.** O sucesso do sector produtivo e consequentemente do empresariado nacional, depende em parte da qualidade e desenvolvimento das infra-estruturas económicas, nomeadamente: transporte (reabilitação e manutenção de estradas, pistas rurais, construção e reabilitação de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias), energia eléctrica (melhoria da capacidade de produção e gestão da EMAE), disponibilidade de água com qualidade e para os diferentes usos, a fiabilidade das telecomunicações e de ligações aéreas e marítimas a custo aceitável entre São Tomé e Príncipe e o resto do mundo. Por isso, quanto às infra-estruturas de transportes aéreos, serão desencadeadas acções que visam a melhoria da operacionalização e segurança do aeroporto internacional de São Tomé, bem como do aeroporto de Príncipe.

No que se refere às *infra-estruturas portuárias*, estão previstas obras de beneficiação, equipamentos e melhoria da segurança de navegação no Porto de Ana Chaves, por forma a elevar a sua operacionalidade e eficiência. Foi proposto a construção de um novo porto na localidade de Ponta Mina, na ilha do Príncipe, tendo em conta a inoperacionalidade do actual cais da Região Autónoma de Príncipe, assim como a construção e reabilitação de 5 cais na ilha de São Tomé, por forma a retomar a cabotagem costeira para o transporte de pessoas e mercadorias e evitar assim os danos causados nas estradas do país pelos veículos cujas tonelagens não se adequam às mesmas.

A qualidade da *água*, sua disponibilidade para todos os usos, e saneamento básico ainda está longe do desejável. Por isso, as autoridades prevêem investimentos que visam a reestruturação e o fortalecimento do quadro institucional no domínio de água e saneamento, reabilitação das estações hidrométricas, formação e capacitação dos recursos humanos do sector e o abastecimento de água potável às populações.

A melhoria no fornecimento de energia eléctrica às populações, só pode ser alcançada, se as actuais dificuldades na produção, transporte e distribuição forem ultrapassadas. Devido a insuficiente poupança interna, a limitada margem fiscal e a necessidade de práticas tecnológicas e comerciais actualizadas, a atracção de capital privado, pareceres a única via para melhorar o sector energético. Para que isto aconteça, torna-se necessário uma legislação mais clara, de modo a permitir uma melhor regulação do mercado de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica por parte da Autoridade Reguladora (AGER). Paralelamente, o funcionamento da *Empresa de Água e Electricidade* (EMAE) tem de melhorar, por forma a aumentar a eficiência comercial e técnica.

**Telecomunicações e novas tecnologias de informação e comunicação** - A recente ligação de STP a rede mundial de Cabo Submarino, é uma oportunidade impar para desbloquear oportunidades de crescimento através da prestação de serviços e, mais relevante ainda, expandir a capacidade de STP para aceder à informação e reduzir o isolamento e custo de comunicação.

**Desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos.** A educação é uma área-chave que STP tem de melhorar para se transformar numa economia mais inovadora e apoiada no conhecimento. Quanto a prestação de cuidados de saúde, serão dadas prioridades às intervenções que visam a melhoria da governação e liderança do sector, gestão da prestação de serviços de saúde, acesso aos medicamentos, melhoria do acesso e qualidade dos cuidados de saúde reprodutiva, tecnologias de saúde e vacina, desenvolvimento de recursos humanos, informação sanitária e financiamento do sector.

No que concerne a **Protecção social**, os estudos sobre o perfil da pobreza (2010), assim como da análise da situação dos programas de protecção social, revelaram a precariedade económica e social, bem como a dimensão da vulnerabilidade de uma boa parte da população santomense. Por isso, o Governo preconiza, dinamizar o sistema nacional de protecção social, fornecendo as populações mais desfavorecidas, um conjunto de serviços preventivos, promocionais e de protecção, na base de solidariedade e do direito a protecção, com vista a redução da pobreza no país.

### III- Prioridades do Governo,

O Governo engajou-se em respeitar as prioridades nacionais que foram fixados, e que enquadram com os 4 eixos do Plano de Acção Prioritária, especialmente:

- ✓ A criação de emprego e sobretudo para os jovens a fim de reduzir a pobreza nas zonas mais pobres. O objectivo do Governo para que as receitas da população através dos sectores promotores. É por isso importante de criar as condições favoráveis para melhoria do ambiente de negócio, o que permitirá uma liberalização do comércio e sua adesão à OMC com vista a sua inserção na economia mundial.
- ✓ A melhoria da segurança alimentar. É portanto imperativo de se dotar os agricultores com ferramentas adequadas para aumentar a produção agrícola. O objectivo endossado é de satisfazer a procura nacional em matéria de produtos alimentares e antecipar a uma eventual busca de solução adequada para a conservação e o armazenamento de excedentes alimentares, paralelamente, é necessário encontrar novos mercados para evacuar os excedentes dos produtos alimentares.
- ✓ O quadro de aceleração dos ODM para os quais o país apresenta as potencialidades de os atingir até o fim de 2015: trata-se portanto da Educação, da saúde (infantil e materna) e as grandes endemias. A menos de dois (2) anos da data limite para se atingir os ODM. Constatou-se que o país não poderá atingir todos os 8 objectivos, por outro lado, para certos ODM (2, 4, 5 e 6) o país tem forte probabilidade de os atingir até 2015, caso a comunidade internacional venha a apoiar o país através de projectos prioritários finalmente.
- ✓ O reforço institucional com o intuito de acelerar o processo da descentralização. Neste contexto, o governo desejaria tornar a Administração muito mais produtiva na

óptica duma melhor apropriação de projectos (respeitado Programa de Accra) no quadro de novo programa de parceria com a comunidade internacional, que será formulada nos próximos dias. Além disso, as autoridades locais, distritos e a RAP estarão plenamente implicados na formulação, na gestão e o seguimento e a avaliação dos projectos. O reforço institucional será feito através de projectos prioritários.

#### **IV- Parceria para a boa governação**

A cooperação internacional joga um papel muito importante no complemento dos esforços nacionais para a construção de uma sociedade mais inclusiva, ou seja, na promoção do desenvolvimento humano sustentado. Por isso, esforços estão a ser feitos no sentido de imprimir uma maior eficácia no emprego dos recursos dispensados pelos parceiros de desenvolvimento.

De modo a assegurar uma gestão mais eficiente e alocar os recursos externos às prioridades de desenvolvimento, o Governo compromete-se a prosseguir com as reformas no domínio da gestão das finanças públicas, justiça, entre outras para que no futuro próximo as Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tomem a forma de apoio directo ao orçamento, conforme os compromissos assumidos no âmbito da **Declaração de Paris** sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Para tal, o Governo espera dos Parceiros de Desenvolvimento o apoio necessário para elevar a capacidade das suas instituições de gestão e seguimento das ajudas, por forma a que o país possa aumentar a taxa de realização da ajuda externa e otimizar a sua utilização.

Muitas das conquistas obtidas nos últimos anos, mormente no domínio dos OMD (OMD2;OMD4;OMD6) por exemplo, foram possíveis, graças aos esforços do Governo, mas também e sobretudo do apoio solidário da comunidade internacional.

### V- Quadro Macroeconómico para a Implementação do PAP

O crescimento do PIB é a condição necessária para reduzir a pobreza. Por isso, a estratégia de crescimento económico subjacente a ENRP II assenta no desenvolvimento do sector privado e na diversificação económica. O quadro da política fiscal de médio prazo (2013-2016) prevê um crescimento anual do PIB de cerca de 4,5% em 2013 e 6% até 2016. Para alcançar este crescimento, serão necessárias políticas macroeconómicas sólidas e medidas para melhorar o clima de investimento e consequentemente criar emprego. A curto e médio prazos São Tomé e Príncipe continuará a depender da ajuda externa e da obtenção do crédito para financiar os programas de desenvolvimento, facto que reflecte claramente o baixo nível de produção e da poupança interna.

Os investimentos nos domínios de infra-estruturas de transportes (porto, aeroporto e rodoviária), agricultura e as pescas, bem como de energia e telecomunicações ajudarão a fomentar o crescimento dos serviços ligados ao turismo, transportes externos e telecomunicações.

A inflação deverá diminuir de uma média de 10,4% em 2012 para cerca de 7% em 2013, com novos declínios até chegar a cerca de 4% em 2016, à medida que a paridade fixa com o euro consegue ancorar as expectativas inflacionistas, conjugado com as medidas de diversificação económica.

No médio prazo, o objectivo do Governo é estabilizar o défice primário interno em torno de 3% do PIB, mantendo-o em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida. Para o efeito, o Governo planeia reforçar a arrecadação de receitas e mobilizar mais receitas internas. As receitas fiscais representarão em média 1.034.155 milhões de dobras (um milhão, trinta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco milhões de dobras, no período de 2013 a 2016, enquanto os recursos externos representarão em média 960.098 milhões de dobras (nove centos e sessenta mil, noventa e oito milhões de dobras).

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Os objectivos em matéria de contenção das despesas serão mantidos, assim como o ratio despesas e empréstimos líquidos deverão manter-se em 4% em média. Os esforços de contenção das despesas concentrarão sobretudo ao nível das despesas correntes. O ratio despesas correntes em percentagem do PIB para o período deverá rodar os 19%. O défice orçamental, excluindo donativo deverá rondar os 3% do PIB corrente para o período.

No médio prazo, o objectivo do Governo é estabilizar o défice primário interno em torno de 3% do PIB, mantendo-o em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida. Para o efeito, o Governo planeia reforçar a arrecadação de receitas e mobilizar mais receitas internas. As receitas fiscais representarão em média 887.616 milhões de dobras, as receitas correntes 966.217 milhões de dobras, no período de 2013 a 2016, enquanto os recursos externos representarão em média 766.262 milhões de dobras.

### VI- Custo do Plano de Acções Prioritárias, 2013-2016

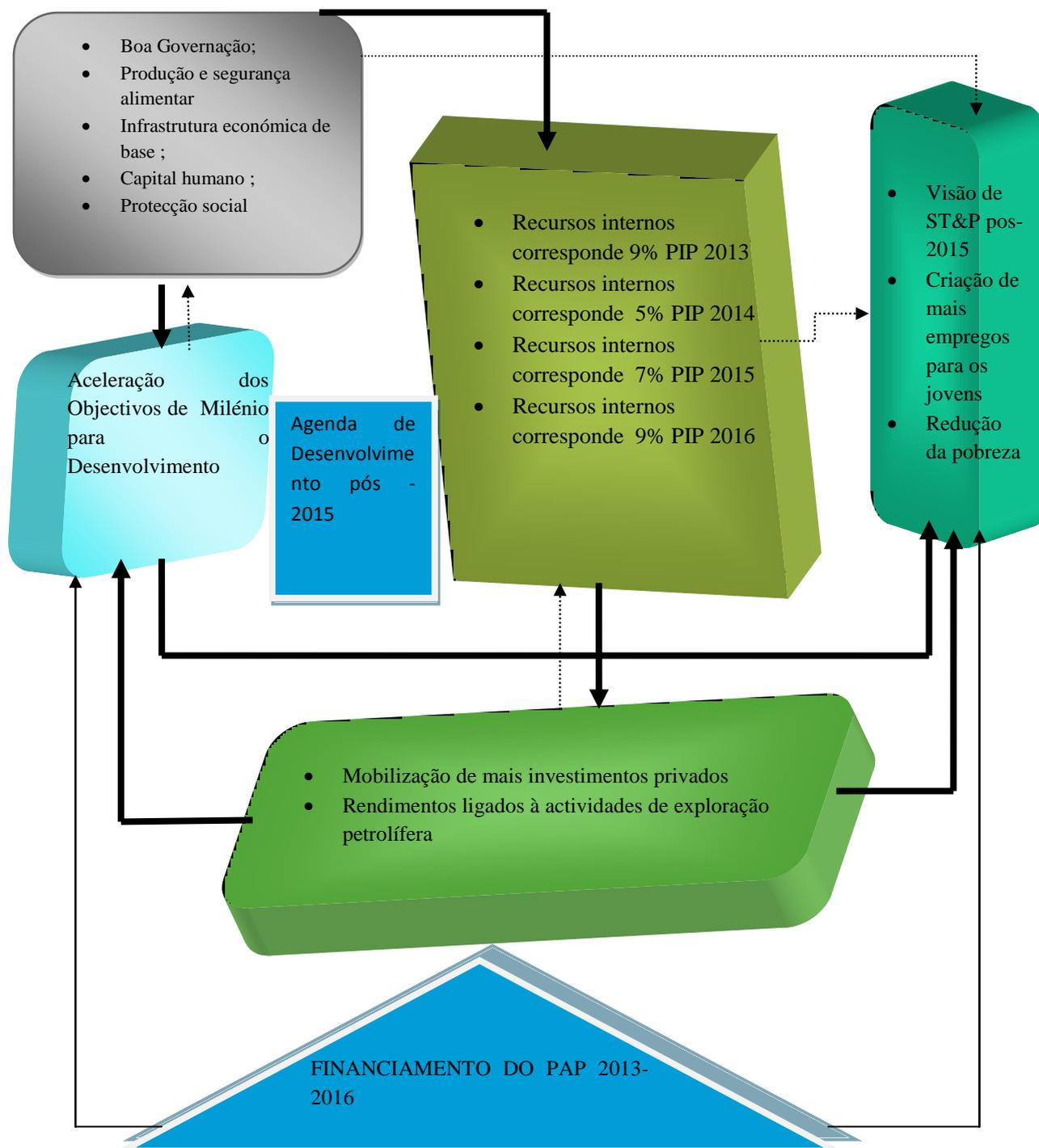
A Nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (SNRP) constitui o quadro de referência e ferramenta de mobilização de recursos junto aos parceiros de desenvolvimento através do seu Plano de Acção Prioritária (PAP). A sua implementação dependerá da capacidade do país a mobilizar os recursos, tanto internos como externos.

O PAP está estimado em 1.870.570 milhões de dobras (US\$ 98.451.055 dólares) para o período de 2013-2016 cujos 23.148 milhões de dobras passíveis de serem provenientes dos próprios recursos do Estado e 76.416 milhões de dobras estão já engajados e 1.770.961 milhões de dobras (USD\$93.208.474) são a mobilizar.

#### **Quadro 1 - Repartição de financiamento por eixos/Anos (em US Dólar)**

Período	Total	%	Garantido	Gap do Financiamento
2013-2014	24.636.737	25%	613.105	24.023.632
2014-2015	57.669.211	59%	3.539.474	54.129.737
2015-16	16.145.105	16%	1.090.000	15.055.105
<b>Total</b>	<b>98.451.053</b>	<b>100%</b>	<b>5.242.579</b>	<b>93.208.474</b>

Esquema2 : Financiamento do PAP 2013-2016



### **Fontes de financiamento**

O Plano de Acções Prioritárias será financiado com recursos internos e externos, particularmente com recursos não geradores da dívida. A continuação da execução dos projectos e conseqüentemente, a realização dos objectivos da estratégia dependerá de vários factores, entre eles as condições de elegibilidade e a capacidade de mobilizar recursos adicionais junto da comunidade doadora.

### **Financiamento interno**

A Reforma do sistema fiscal em curso permitirá o aumento das receitas fiscais, que por sua vez irá reforçar a capacidade interna de financiamento da estratégia de redução da pobreza na sua dimensão de investimento.

### **Financiamento externo**

O financiamento do PAP com apoio dos parceiros externos, pode seguir diferentes modelos, a saber: i) apoio orçamental, cujos objectivos principais são aumentar a eficiência e eficácia da ajuda externa e harmonizar processos e procedimentos de acordo com a Declaração de Paris; ii) a ajuda directa a projectos, que ainda representa um peso considerável no orçamento do Estado; iii) os empréstimos concessionais; iv) o alívio da dívida condicionada ao financiamento da ENRPP/PAP.

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

### Quadro2: Financiamento dos programas do PAP- 2013-2016 em 10<sup>6</sup> de Dobras

Programas	Total	Disponível	A Mobilizar 2013-2016
<b>EIXO I. Reforma das Instituições Públicas e Reforço da Política de Boa Governação</b>			
Programa 1.1 - Reestruturação e modernização do Estado e da Administração Pública	25.620	661	24.959
Programa 1.2 - Defesa Nacional	4.998	0	4.998
Programa 1.3 - Programa Controlo Marítimo	76.281	0	76.281
Programa 1.4 - Garantia da Segurança Pública	38.000	0	38,000
Programa 1.5 - Reforma do Sistema Eleitoral	42.500	0	42.500
Programa 1.6 - Credibilização e melhoria de acessibilidade da justiça	62.538	400	62.138
Programa 1.7 - Capacitação dos Recursos Humanos da Administração Pública	20.900	0	20.900
Programa 1.8 - Gestão das Finanças Públicas	650	0	650
Programa 1.9 - Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas Públicas	34.658	0	34.658
Programa 1.10 - Acessibilidade à Tecnologia de Informação e comunicação-TIC	8.548	1.710	6.838
Programa 1.11 - Promoção dos Mass Mídias	46.550	0	46.550
<b>Total Axe 1</b>	<b>361.243</b>	<b>2.771</b>	<b>358.472</b>

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

<b>EIXO II. Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado</b>			
Programa 2.1 - Reforço de Capacidade Institucional do Sector Agrícola	11.035	4.821	6.214
Programa 2.2 - Aumento e Melhoria da Qualidade de Produção Animal	15.200	0	15.200
Programa 2.3 - Aumento e Melhoria da Qualidade de Produção do Pescado	4.500	0	4.500
Programa 2.4 - Garantia da Segurança Alimentar	169.230	4.750	164.480
Programa 2.5 - Promoção de Um Ambiente Saudável e de Utilização Racional de Recursos Naturais	189.572	0	189.572
Programa 2.6 - Valorização do Turismo e actividades Conexas	1.900	0	1.900
Programa 2.7 - Apoio a Micro-Finanças	155.017	0	155.017
Programa 2.8 - Infraestrutura de Transporte Rodoviário	7.000	0	7.000
Programa 2.9 - Infraestruturas de Transporte marítimo	122.475	0	122.475
Programa 2.10 - Modernização e Expansão Aeroportuária	181.452	0	181.452
Programa 2.11 - Ordenamento do Território e Urbanismo	41.800	20.710	21.090
<b>Total Axe 2</b>	<b>899.178</b>	<b>30.281</b>	<b>868.897</b>
<b>EIXO III. Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos</b>			

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Programa 3.1 - Educação Pré Escolar	41.100	0	41.100
Programa 3.2 - Ensino Básico	142.354	41.800	100.554
Programa 3.3 - Ensino Secundario	14.250	0	14.250
Programa 3.4 - Equidade no Acesso e na Utilização de Cuidados de Saúde e Viabilidade do Sistema Sanitário		0	
Programa 3.5 - Reabilitação, Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento Água	13.172	0	13.172
Programa 3.6 - Melhoria de Acesso ao Saneamento Básico	79.550	0	79.550
<b>Total AXE 3:</b>	<b>508.397</b>	<b>65.132</b>	<b>443.265</b>
<b>EIXO IV.Reforço da Coesão e Protecção Social</b>			
Programa 4.1 - Valorização e Preservação da Identidade Histórico-cultural de STP	2.300	0	2.300
Programa 4.2 - Promoção da Juventude e do Desporto Nacional	18.900	0	18.900
Programa 4.3 - Desenvolvimento do Sistema de Protecção Social	80.552	1.425	79.127
<b>Total AXE 4:</b>	<b>101.752</b>	<b>1.425</b>	<b>100.327</b>
<b>Total Global</b>	<b>1.870.570</b>	<b>99.609</b>	<b>1.770.961</b>

### **VII- Quadro Institucional para o Seguimento do Programa de Acções Prioritárias**

Sendo o PAP, um documento de operacionalização da ENRP, o seguimento e avaliação do Programa de Acções Prioritárias deverá ser assegurado de forma concertada entre os diferentes actores do processo. Neste contexto o Observatório de Redução da Pobreza (ORP) enquanto órgão técnico responsável pelo seguimento e avaliação da implementação da ENRP II, deverá apoiar-se no reforço do mecanismo existente, com vista a melhorar a eficácia da implementação da Estratégia.

O actual dispositivo institucional de implementação, seguimento e avaliação da ENRP II, pretende superar as debilidades constatadas no passado para garantir uma melhor coordenação da implementação e circulação das informações.

Para o efeito, e considerando que o que está em causa é a eficácia e a eficiência do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação da estratégia, deverá ser desencadeado um processo de revisão das disposições do Decreto-lei nº. 32/2005, com o propósito de:

- Criar condições para o funcionamento regular do mecanismo de implementação, seguimento e avaliação;
- Incorporar a Unidade de Coordenação das Ajudas (UCA) no Mecanismo e melhor integração do mesmo no Ministério de Negócio Estrangeiro, Cooperação e Comunidades;
- Integrar a participação da Direção do Orçamento;
- Reforçar o papel do Observatório de Redução da Pobreza e precisar o quadro institucional do seu relacionamento com as demais instituições envolvidas, nomeadamente a Direção do Planeamento e o Instituto Nacional de Estatística;
- Redefinir os pontos focais ao nível dos diferentes sectores e dos órgãos de poder regional e local;

- Clarificar as formas de participação (auscultação e contribuição) dos parceiros técnicos e financeiros;
- Responsabilizar as instituições envolvidas, tanto ao nível central como regional e distrital, no processo de recolha, sistematização e disponibilização de informações e dados necessários relativos ao processo de implementação e seguimento dos programas previstos, bem na avaliação dos resultados e impactos respectivos.

### **Quadro Organizativo para a Implementação, Seguimento e Avaliação**

O quadro organizativo para a implementação, seguimento e avaliação da Estratégia Quinquenal pretende superar as debilidades constatadas no passado para garantir uma melhor coordenação da implementação e circulação das informações.

Nesse sentido, a revisão do decreto-lei n.º 32/2005 permitirá recompor e introduzir melhorias no mecanismo de implementação, seguimento e avaliação que passará a compreender os seguintes órgãos:

- (i) Conselho Ministerial;
- (ii) Conselho Consultivo Nacional;
- (iii) Comissão de Coordenação Técnica;
- (iv) Observatório de Redução da Pobreza;
- (v) Pontos Focais.

### **Sistema de Seguimento e Avaliação**

Nesse contexto, urge assegurar o seguimento das intervenções previstas, construindo para o efeito um Sistema de Seguimento e Avaliação para se conseguir:

- (i) o reforço das capacidades humanas e institucionais nos domínios de planificação, seguimento e avaliação;
- (ii) a coordenação na implementação das intervenções e circulação de informação;
- (iii) o seguimento e avaliação dos resultados.

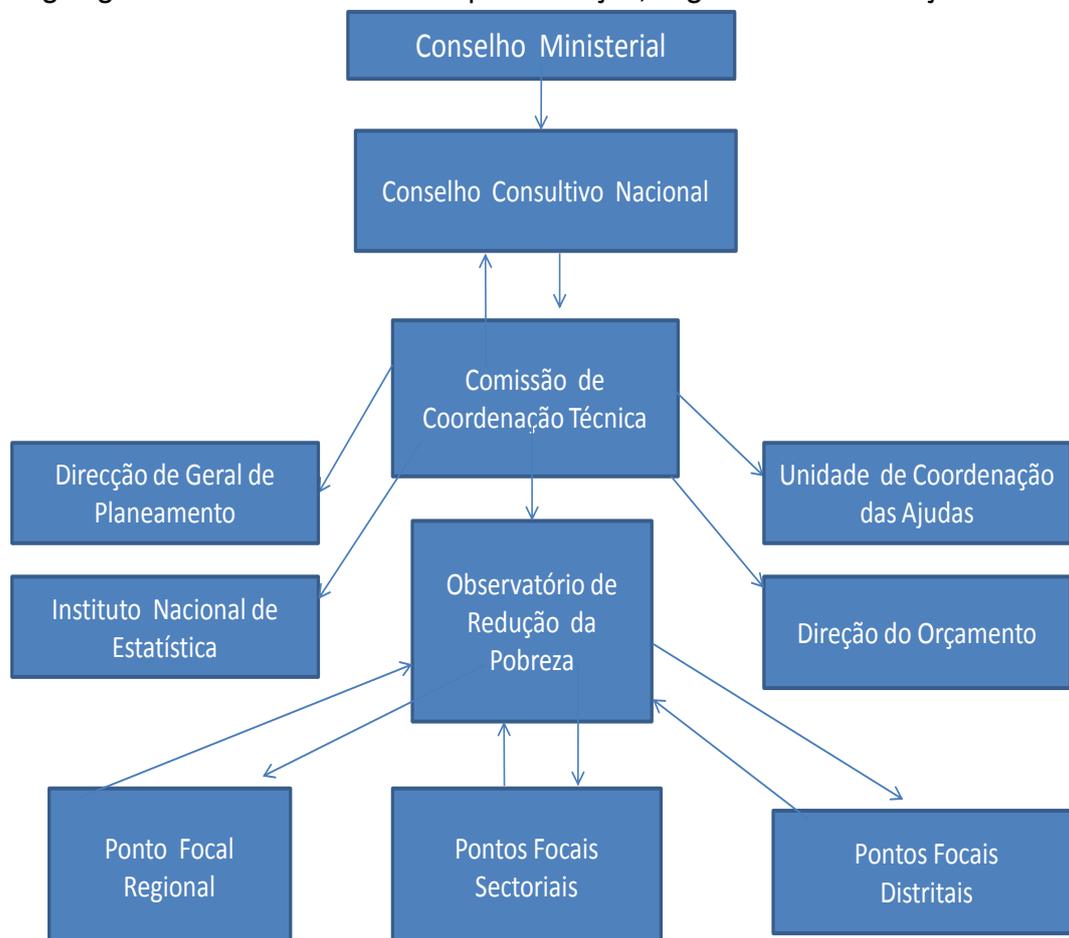
### **Disseminação das Informações de Seguimento e Avaliação dos Resultados**

A disseminação de informações é o meio a partir do qual os resultados de seguimento e avaliação são difundidos para que possam ser tomadas em conta no processo de tomada de decisões justas e em momento oportuno. Os resultados devem ser largamente difundidos a fim de garantir uma larga utilização. A larga difusão dos resultados consolida o sistema e reforça a cultura de gestão baseada em resultados.

Serão utilizadas diferentes formas e meios de disseminação de informações a saber:

- Publicação de Relatórios Periódicos;
- Organização de Seminários de disseminação;
- Reuniões sectoriais com quadros técnicos;
- Programas radiofónicos e televisivos;
- Publicação na imprensa escrita;
- Encontros nas instituições de ensino e nas comunidades;
- Distribuição de panfletos e brochuras;
- Promoção de Website com informação atualizada.

### Organigrama do Mecanismo de Implementação, Seguimento e Avaliação da ENRP II



### VIII- Riscos de implementação do PAP

Entre as principais vulnerabilidades no médio prazo figuram o crescimento mais lento do PIB, o prolongamento dos problemas financeiros e económicos na Europa e choques nos preços internacionais. Por isso:

- A recessão no mundo desenvolvido poderá acarretar riscos significativos de deterioração das perspectivas aqui apresentadas. As dificuldades na zona do euro, a principal fonte de investimentos e de comércio externo, poderá limitar as perspectivas de crescimento do país. As perturbações económicas dos países da

zona do euro, especialmente Portugal, terão repercussões imediatas em S. Tomé e Príncipe, através do declínio da ajuda externa, dos fluxos financeiros e das remessas dos emigrantes;

- Os choques nos preços internacionais dos alimentos e combustíveis poderão gerar impacto negativo sobre a inflação, ao elevar a taxa de câmbio efectiva real e reduzir a competitividade do país, para além do seu enorme impacto negativo sobre os pobres;
- Lentidão na implementação das actividades sectoriais;
- Não apropriação adequada de programas do PAP pelas autoridades e pelos actores de desenvolvimento;
- Instabilidade política e mobilidade administrativa frequente;
- Dificuldade na mobilização de recursos adicional.

Anexos

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

**Quadro3 : Projectos prioritários e necessidades de financiamento para o período 2013-2014 (em 10<sup>6</sup> de Dobras)**

Projets	Instituições da Implementação	Total	Disponível	Necessidades de financiamento 2013-2014
<b>EIXO I. Reforma das Instituições Públicas e Reforço da Política de Boa Governação</b>				
Manutenção de Faróis e Assinalamento marítimo (Balizagem dos Portos e terminais)	MDOI/Guarda Costeira	4.256		4.256
Informatização dos Tribunais e de serviços da justiça	MJAPAP	8.060	400	7.660
Reforço das capacidades das entidades nacionais para a implementação das reformas da justiça	MJAPAP	28.500		28.500
<b>EIXO II. Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado</b>				
III Recenseamento Agro-Pecuária	MAPDR	11.035	4.821	6.214
Recolha e Gestão de Resíduos domiciliário e Produção de Biogás no Distrito de Água Grande	MAPDR/DGA	55.000		55.000
Pequena escala de Projetos de Energia Renovável para a transformação de produtos agrícolas em comunidades vulneráveis e isoladas de STP	MAPDR/DGA	55.000		55.000
Estabelecimento de um Parque de Animal selvagem em Distrito De Lobata	MAPDR/DGA	37.500		37.000
Apoio a criação de emprego Juvenil através do sistema de micro-crédito	MJD/MPF/M CIT	58.500		58.500
Apoio aos jovens carenciados	MJD/MPF/M CIT	58.500		58.500

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Reforço do sector das PME para criar meios de subsistência para os jovens graduados do Ensino Médico e Educação de Terceiro Nivel	MICT	37.000		37.000
Fortalecimento da Capacidade de Associações de Pessoas com Deficiência em São Tomé e Príncipe	MSAS	1.017		1.017
<b>EIXO III. Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos</b>				
Água, Saneamento e Higiene nas creches e jardins-de-infância em STP		11.100		11.100
Alimentação Escolar	MECF	26.454	5.700	20.754
Luta contra as doenças não transmissíveis	MSAS	1.760		1.760
Vigilância Epidemiologica	MSAS	2.428	728	1.700
Assistência infantil e imunização	MSAS	3.836		3.836
Construção do Centro de Saúde de M.Zóci	MSAS	4.200		4.200
Ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça-RAP	MSAS/RAP	9.500		9.500
<b>EIXO IV. Reforço da Coesão e Protecção Social</b>				
Reforço das capacidades (protecção das crianças)		43.452		43.452
		<b>468.098</b>	<b>11.649</b>	<b>456.449</b>

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

**Quadro 4: Projectos prioritários e necessidades de financiamento para o período 2014-2015 (em 10<sup>6</sup> de Dobras)**

Projecto	Instituições da Implementação	Total	Disponível	Necessidade de financiamento 2014-215
<b>EIXO I. Reforma das Instituições Públicas e Reforço da Política de Boa Governação</b>				
Estudo e Implementação do Plano de Acção para a Reforma da Assembleia Nacional	Assemb Nac	4.750		4.750
Fortalecimento da capacidade do Tribunal de Contas para melhorar a eficiência das Instituições Públicas de STP	MJAPAP	2.850	661	2.189
Criação da Comissão para Reforma do Estado e Implementação do Plano de Acção	MJAPAP	15.200		15.200
Reforço da capacidade técnica da Direcção da Adm Publica e Reforma do Estado	MDOI	2.820		2.820
Implementação de um sistema de comunicação GMDSS	MDOI/Guarda Costeira	8.000		8.000
Actualização dos cadernos eleitorais e realiz. das eleições autarquicas e legislativas	MJAPAP	42.500		42.500
Revisão da legislação (lei da família, do regime tutelar de menores, e do trabalho, codigos sociedades comerciais, administrativo e processo administrativo	MJAPAP	4.998		4.998
Tribunais regionais construídos e reabilitados	MJAPAP/Tribunais	16.800		16.800
Formação e capacitação dos RH da administração pública	MJAPAP	11.400		11.400

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Elaboração de um plano de acção de optimização das receitas fiscais e de estudo sobre a introdução do IVA em STP	MPF/Direcção Impostos	650		650
Reforço das capacidades institucionais do Sist Est Nacional	MPF/INE	1.376		1.376
Consolidadaçao e desenvolvimento da produçao estatística, garantia da qualidade de dados e defusão	MPF/INE	33.282		33.282
Formaçao dos professores em TI	MECF	8.548	1.710	6.838
Transferência do sistema analogico a digital(equip+capacitaçao RH) Rádios, TVS e outros órgaos	Comum Social	46.550		46.550
<b>EIXO II. Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado</b>				
Desenvolvimento da pecuária de ciclo curto	MAPDR/Pecuária	5.700		5.700
Reabilitaçao e apetrechamento do laboratorio de controlo de qualidade de produto de pescas	MAPDR	4.500		4.500
Desenvolvimento de mecanismos para restaurar, manter e gerenciar a fertilidade do solo, a fim de aumentar a seguranca alimentar	MAPDR	9.500	4.750	4.750
Desenvolvimento de culturas alimentares	MCIT/Direcção Industria	17.640		17.640
Apoio a oito unidades de transformaçao de produtos locais	MAPDR/Agricultura	131.580		131.580
Instalaçao da camara frigorífica (fabrico de gelo) - mercado Neves,Santana, mercado Municipal de S.Tomé RAP,	MAPDR/Agricultura	10.510		10.510
Consolidaçao de resiliência e adaptaçao às mudançao climáticas no Distrito Rural de Lobata	MOPIRMA/DTT	38.000		38.000

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Inventario Florestal de STP	MAPDR/Floresta	3.572	3.572
Elaboração do estudo de sinalização rodoviária (incluindo estudo de implementação de semáforos com utilização de painéis solares)	MOPIRMA/DTT	1.000	1.000
Reforço da capacidade técnica e operacional do Porto Ana Chaves	Reforço da capacidade técnica e operacional do Porto Ana Chaves	5.521	5.521
Reforço institucional da Capitania dos Portos	MOPIRNMA/Capitania dos portos	3.449	3.449
Reforço institucional da Guarda Costeira	MOPIRNMA/Guarda Costeira	24.666	24.666
Reinstalação do IMAP	IMAP	2.700	2.700
Modernização dos instrumentos de política do sector aereo	IMAP	2.850	2.850
Reforço institucional do INAC	INAC	1.862	1.862
Reforma legislativa do sector da aviação civil	INAC	4.750	4.750
Formação de pilotos comerciais	INAC	6.162	6.162
Formação em Inglês aeronotico	INAC	17.297	17.297
Aquisição de um Radar para Previsão de Tempo para fins aeronauticos	INAC/ENASA	38.000	38.000
Formação em informação e telecomunicação aronáutico	INAC/ENASA	3.851	3.851

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Formação em manutenção em manutenção de equipamentos aeronáuticos	INM	10.033		10.033
Formação em gestão de transportes aéreos	INAC/ENASA	1.921		1.921
Fomação de inspectores aeronáticos	INAC/ENASA	5.850		5.850
Formação de supervisores de segurança aérea	INAC/ENASA	2.850		2.850
Formação de auditores de segurança aérea	INAC	2.925		2.925
Aquisição de Veiculos de combate aos incêndios	ENASA	49.400		49.400
Energia solar fotovoltaica na zona rural de STP	EMAE	25.650		25.650
<b>EIXO III.Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos</b>				
Construção, reabilitação e equipamentos as escolas Pré-escolar	MECF	30.000		30.000
Promover escolas amigas de crianças, educação de qualidade e um programa nacional adequada de alimentação escolar	MECF	115.900	36.100	79.800
Aquisição de transporte escolar	MECF	14.250		14.250
Melhoria dos Serviços Básicos de Saúde (Programa Saúde boco, oftamológica, nutrição, saúde escolar)	MSAS	3.150		3.150
Saúde Sexual e Reprodutiva	MSAS	1.911		1.911
Programa BCC para aumentar a consciencialização do acesso à informação	MSAS	2.850		2.850

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

para promover RH/FP, e prevenir o HIV/AIDS e abuso de drogas				
Redução da taxa de prevalência da tuberculose multiresistente em STP	MSAS	39.140	21.128	18.012
Abordagens de problemas Sociais Transversais do Sector de Saúde (Luta Contra Sida, Tuberculose)	MSAS	31,500		31,500
Eliminação da transmissão de HIV/SIDA da mãe para criança em São Tomé e Príncipe	MSAS	3.876		3.876
Pré-eliminação da malária na RAP	MSAS	10.070	526	9.544
Melhoria de Infraestrutura Sanitária	MSAS	47.250		47.250
Aquisição de autocarros para transporte de pessoal	MSAS	4.750		4.750
Medicamentos p/ portadores de HIV/SIDA	MSAS	17.550		17.550
Equipamentos para o sistema sanitário	MSAS	23.500		23.500
Capacitação e formação dos RH da Saúde	MSAS	5.000		5.000
Formação de especialistas no domínio da ciência de saúde	MSAS	5.700		5.700
Articulação e a integração da política da água e saneamento com outras políticas afins	MSAS	1.544		1.544
Construção de estações de tratamento de águas residuais e a reabilitação de sistemas de drenagem de águas residuais	MSAS	11.025		11.025
Estudo para construção dos sistemas de esgoto de STP	MSAS	25.650		25.650

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

Construção das instalações sanitárias (latrinas) nas zonas rurais e peri-urbanas	MSAS	11.025		11.025
Construção de um vazadouro melhorado na RAP	MOPIRNMA/DRN	7.350		7.350
<b>EIXO IV.Reforço da Coesão e Protecção Social</b>				
Preservação e valorização da cultura nacional	MECF/D. Cultura	2.300		2.300
Fortalecimento do sistema de protecção das crianças de STP melhorando o acesso das crianças vitimas de violencia, abuso aos Serviços de Protecção Social	MSAS/DPS	20.900	1.425	19.475
Construção do Lar dos Idosos de Mê-Zochi	MSAS/DPS	5.700		5.700
<b>Total</b>		<b>1.095.715</b>	<b>67.250</b>	<b>1.028.465</b>

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

**Quadro 5: Os projectos prioritários e necessidades de financiamento para o período 2015-2016 (em 10<sup>6</sup> de Dobras)**

Projectos	Instituições da Implementação	Total	Disponível	Necessidade de financiamento 2015-216
<b>EIXO I. Reforma das Instituições Públicas e Reforço da Política de Boa Governação</b>				
Instalação de VTS (Obra civil)	MDOI/Guarda Costeira	28.500		28.500
Instalação de VTS (Equipamento)	MDOI/Guarda Costeira	6.125		6.125
Reforço da capacidade de patrulhamento e operações de busca e salvamento	MDOI/Guarda Costeira	29.400		29.400
Construção e apetrechamento do novo estabelecimento prisional	MJAAP/SPRS	38.000		38.000
Formação e capacitação dos RH dos tribunais judiciais e magistrados de ministério público	MJAPAP	3.800		3.800
Instalação de Base de Dados Legis Palop	MJAPAP	380		380
Criação de centro de formação da administração pública	MJAPAP	9.500		9.500
<b>EIXO II. Promoção de um Crescimento Económico Sustentável e Integrado</b>				
Instituição de um centro de pesquisa para o desenvolvimento pecuário	MAPDR/Pecuária	9.500		9.500
Ordenamento do território turístico	MCIT/D.Turismo	1.900		1.900
Construção de parques automóveis	MOPIRNMA/INAE	5.000		5.000
Modernização dos instrumentos de política do sector rodoviário	MOPIRNMA	1.000		1.000

## Plano de Acções Prioritárias 2013-2016

	MOPIRMA	35.186		35.186
Cais de Neves	MOPIRMA	30.428		30.428
Formação e capacitação do pessoal marítimo	IMAP	9.500		9.500
Plano director aeroportuario	ENASA	1.710		1.710
Actualização do Plano físico nacional	MOPIRNMA	9.500	3.800	5.700
Actualização da cartografia nacional e criação do Sistema de Informação Geográfico -SIG	MOPIRNMA	19.000	7.600	11.400
Actualização e modernização do Cadastro nacional	MOPIRNMA	13.300	9.310	3.990
<b>EIXO III.Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos</b>				
Criação e implementação de um modelo de GIRH (gestão integrada de recursos hídricos)	MOPIRNMA/DRNE	11.628		11.628
Construção de aterro sanitário e estações de transferência	MOPIRNMA/DRNE	24.500		24.500
<b>EIXO IV.Reforço da Coesão e Protecção Social</b>				
Instalação do centro nacional de conteúdo	MJD/IJ	18.900		18.900
<b>Total</b>		<b>306.757</b>	<b>20.710</b>	<b>286.047</b>